



Informativos Eletrônicos  
do Setor Elétrico

ISSN 1678-6130



GESEL

Grupo de Estudos do Setor Elétrico

UFRJ

# Por que a Enel e o setor elétrico fracassam?<sup>1</sup>

Edvaldo Santana<sup>2</sup>

No dia 3 de novembro de 2023, uma tempestade com ventos acima de 100 km/h deixou a cidade de São Paulo por mais de 72 horas sem eletricidade. Excluindo a multa (não paga) aplicada pela Aneel e a posição ambígua do governo frente à Enel, nada de concreto aconteceu.

Em 11 de outubro deste ano, novo apagão em São Paulo, só que de maior magnitude. Mais de 100 horas às escuras. O Ministério de Minas e Energia (MME) diz que o apagão é culpa da Aneel, que o repassou para a Enel, que, depois de se camuflar num “evento extremo”, o empurrou para o prefeito, que, num esconde-esconde entre árvores caídas, pôs a culpa no MME.

As reações surgem sempre do Sistema 1 (automático e preguiçoso) do cérebro. Na corrente de culpas, ninguém é inocente, menos ainda a Enel. Seus improvisos, mesclados pelo voluntarismo do MME, da Prefeitura e até do TCU, deixaram os paulistanos desamparados. A Aneel, que agoniza sob fogo cruzado, errou ao confiar em quem não devia.

Em sua defesa, a Enel argumenta que o contrato de concessão é omissivo quanto à obrigação de investir para mitigar eventos climáticos e que tais investimentos seriam tratados como imprudentes. Delírio! O contrato é taxativo ao exigir um serviço adequado - contínuo, atualizado, eficiente e seguro. E põe como encargo da distribuidora zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão. O contrato é incompleto, mas as obrigações estão bem definidas.

Além da caducidade e da intervenção, fala-se novamente em redes subterrâneas. Mas logo alguém, sempre a usar o lado preguiçoso do cérebro, diz que a obra aumentará a conta de luz. Outro delírio. Em média, 25% da tarifa vem do custo de distribuição. Se investir numa rede confiável elevar esse custo em 50%, a tarifa subirá 12,5%. Porém, 35% da conta de luz decorre de impostos, encargos e subsídios desnecessários. Se o governo reduzir à metade esses penduricalhos, mais que serão compensados os investimentos em redes subterrâneas - em todo o Brasil.

Do episódio, fica evidente que o jogo elétrico mudou para o xadrez, mas todos insistem em praticá-lo com as manias do truço, em que se vence no grito. A natureza ganhou protagonismo, e não admite jeitinho, tampouco gritaria.

Dia 15, em artigo notável (“O dia em que o cientista disse no Planalto que o Brasil tem culpa na crise do clima”), Daniela Chiaretti, no **Valor**, resumiu as conversas do físico Paulo Artaxo com o núcleo duro do governo, incluindo o presidente Lula. “Artaxo falou do aumento dos eventos extremos climáticos e de sua maior intensidade, da necessidade de acelerar a transição energética e fazer com que o Brasil se adapte aos efeitos

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/por-que-a-enel-e-o-setor-eletrico-fracassam.ghtml> Acessado em 22.10.2024

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

inevitáveis da mudança”.

Mas até nossa transição energética é controversa. A China gera 300 GW de solar, que substituem combustíveis fósseis. No dia 4 de outubro o Brasil produziu 30 GW de solar, que substituíram igual montante de hidros. Se uma fonte renovável “briga” com a outra, não é transição energética.

Para ser eficaz a transição deveria alcançar a descarbonização da indústria e a eletrificação do transporte público, pelo menos, mas isso se opõe à política do núcleo duro, que tem na exploração da Margem Equatorial uma de suas bandeiras.

O Operador Nacional do Sistema (ONS), no seu Plano da Operação Energética (PEN 2024), alerta para sérias restrições, em particular do ponto de vista da confiabilidade. A matriz elétrica atual, diversificada, renovável e limpa, tornou a oferta demasiadamente inflexível. Comparada ao total do consumo, entre 2025 e 2027 não menos que 68% da oferta será inflexível por diferentes razões, o que restringe a agilidade de resposta a eventos críticos, como o aumento da demanda máxima combinado com a baixa afluência nos períodos sem chuvas.

Na corrente de culpas, não há inocentes, menos ainda a Enel. Já a Aneel errou ao confiar em quem não devia

No PEN 2024, o operador destaca que não é desprezível a probabilidade de uso da reserva operativa ainda este ano e em março de 2025. O ONS também adverte para a perda de carga, com probabilidade de 12%, 19% e perturbadores 34% em 2026, 2027 e 2028, respectivamente, quando o limite é 5%.

Dia 9, na reunião do comitê de monitoramento, o ONS estimou que entre outubro/24 e março/25, num cenário baixo, com a ENA (energia natural afluenta ou água que chega às hidrelétricas) da ordem de 81% da média, no fim de março os reservatórios do Sudeste estarão em (temíveis) 51%. Num quadro mais otimista, com afluência de 96%, os reservatórios chegarão a 85%.

Detalhe: nos últimos 10 anos apenas em três a ENA foi maior que 80% - 2016 (83%), 2018 e 2023 (82%). Em palavras simples, o cenário pessimista tipificado pelo ONS ganhou forma de normalidade, dado que é corresponde àquele mais frequente. Claro que há tempo para agir, mas não para esconder o prenúncio de um desastre, novamente explicado pelas mudanças no clima.

E a rotina para evitar maior tragédia implica contratar mais térmicas, que, sem medidas compensatórias, farão crescer mais ainda a conta de luz, além de elevar o índice de emissões de gases de efeito estufa.

Por que, diante de tamanha “tempestade” de informações, as autoridades não fazem escolhas sábias? Uma resposta talvez esteja em “Nexus”, livro de Yuval Noah Harari. Nesse tipo de cultura, em que imperam a arrogância e a ganância, o que conta é o poder, por vezes obtido com a desinformação. E isso explica por que a humanidade tem seguido caminhos autodestrutivos, com desprezo aos impactos das mudanças no clima, num típico ecocídio.

Este artigo homenageia Daron Acemoglu, James Robinson e Simon Johnson, ganhadores do Nobel da Economia de 2024. Quando os dois primeiros escreveram “Por que as nações fracassam”, não se conhecia o lado perverso da política de subsídios do setor elétrico brasileiro. Teriam um exemplo contemporâneo de instituição econômica não inclusiva, que faz o mais pobre pagar pelo mais rico. É outro “case” de fracasso, como o da Enel.